



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS

ANA CLARA ÁVILA DE SOUZA

**DESEMPENHO EM CIÊNCIAS HUMANAS ENTRE JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS
E PARTICULARES NO RESULTADO DO ENEM, PÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

Mariana - MG

2024

ANA CLARA ÁVILA DE SOUZA

**DESEMPENHO EM CIÊNCIAS HUMANAS ENTRE JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS
E PARTICULARES NO RESULTADO DO ENEM, PÓS PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Professora. Juliana Hamdan

Mariana - MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S729d Souza, Ana Clara Avila de.
Desempenho em ciências humanas entre jovens de escolas públicas e particulares no resultado do ENEM, pós pandemia do corona vírus. [manuscrito] / Ana Clara Avila de Souza. - 2024.
42 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 2. Educação - Aspectos sociais. 3. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil). I. Hamdan, Juliana Cesário. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felício Soares - SIAPE: 1.648.092



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Clara Ávila de Souza

Desempenho em Ciências Humanas entre Jovens de Escolas Públicas e particulares no resultado do ENEM, pós pandemia do Coronavírus

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de graduado

Aprovada em 22 de fevereiro de 2024.

Membros da banca

Dra Juliana Cesário Hamdan - Orientadora - UFOP/DEEDU
Dr Daniel Abud Seabra Matos - UFOP/DEEDU
Dr Jefferson José Queller - UFOP/DEHIS

Juliana Cesário Hamdan, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/07/24.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Cesario Hamdan, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/07/2024, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Abud Seabra Matos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/07/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0728977** e o código CRC **43A17501**.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é virar opressor”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino gratuito e de qualidade. Da qual me capacitou tão bem em meu processo de formação.

Agradeço a minha mãe, Helenice, por ser mais que minha provedora, mas ser o verdadeiro exemplo da mulher que quero ser pelo resto da minha vida. Ao meu pai, Alexandre, por me fazer acreditar que meus heróis da infância existem, sempre me mostrando que tudo é possível, principalmente, tendo ele ao meu lado. Ao meu irmão, Lucas, por ser a minha pessoa no mundo sempre me dando esperança e amparo. E a toda minha família pela base de educação e ensino. Ao meu primo, Victor, por me mostrar que a irmandade vai além de filhos dos mesmos pais, mas sim, de amor e amizade.

Aos meus professores, André B, Verdin, Douglas, Anderlon e Bráulio, por me mostrarem a emoção que é ser um professor de História. Aos meus ídolos da educação, Rômulo, Cristiano e Vô Lucilo, vocês são inspiração, emoção, educação e muito amor.

As instituições de ensino que me acolheram em toda a minha caminhada, em especial: Ômega Pre-Vestibular, E.E Luiz Prisco de Braga, Coopvest, E.E de Ouro Preto e todos os profissionais que fizeram desta minha caminhada, até aqui, completa.

Ao ICHS e à turma 18.2 de História, em especial a Adriane. Aos meus amigos de Ouro Preto e Mariana, foi uma experiência única. Aos meus amigos de João Monlevade por estarem sempre comigo compartilhando todas as felicidades. À república Santa Casa, em especial, Broca e Clara. E ao Matheus por me apoiar.

Enfim, todos que contribuíram para que eu vencesse mais essa etapa da minha vida. A todos vocês, um muito obrigado.

“Não foi, por exemplo - costume sempre dizer -, a educação burguesa a que criou ou informou a burguesia, mas a burguesia que, chegando ao poder, teve o poder de sistematizar a sua educação. Os burgueses, antes da tomada do poder, simplesmente, não poderiam esperar da aristocracia no poder que pusesse em prática a educação que lhes interessava”.

PAULO FREIRE

RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo analisar detalhadamente as repercussões da pandemia de COVID-19 nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre alunos de escolas públicas e privadas, com um foco específico nas interseções de renda familiar, raça e saúde mental durante o período de quarentena. Utilizando dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a pesquisa revela que, antes mesmo da pandemia, alunos de escolas públicas já enfrentavam disparidades educacionais devido à desigualdade social. À medida que a pandemia se desenrolou, a situação se agravou, especialmente para os alunos de escolas públicas, uma vez que a desigualdade preexistente se intensificou. A análise abrange a abstenção de numerosos alunos de baixa renda na realização do ENEM pós-pandemia, aprofundando ainda mais a divisão educacional entre escolas públicas e privadas. Consequentemente, os resultados destacam o impacto substancial da desigualdade social na perpetuação das lacunas educacionais para os alunos de escolas públicas, amplificadas pelo contexto da pandemia de COVID-19.

Palavras Chave: Pandemia, Desigualdade, Enem

ABSTRACT

This study aims to thoroughly analyze the repercussions of the COVID-19 pandemic on the results of the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) among students from public and private schools, with a specific focus on the intersections of family income, race, and mental health during the quarantine period. Utilizing data provided by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), the research reveals that, even before the pandemic, students from public schools were already facing educational disparities due to social inequality. As the pandemic unfolded, the situation worsened, especially for students in public schools, as pre-existing inequality intensified. The analysis encompasses the abstention of numerous low-income students from participating in the post-pandemic ENEM, further deepening the educational divide between public and private schools. Consequently, the results highlight the substantial impact of social inequality on the perpetuation of educational gaps for public school students, magnified by the context of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Pandemic, Inequality, ENEM

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de desempregados no Brasil em 2021 entre maio e setembro.....	20
Figura 2: Disponibilidade de computador no domicílio durante EAD.....	21
Figura 3: Universitários nas favelas proporção de pessoas com ensino superior.....	31
Figura 4 e 5: Porcentagem de alunos presentes no Enem de 2019 e 2020.....	34
Figura 6: Média geral do ENEM em 2019.....	34
Figura 7: Média geral do ENEM em 2020.....	34
Figura 8: Distribuição percentual de indivíduos ausentes nas duas provas do ENEM por acesso a computador e internet em 2020.....	35
Figura 9: Média das notas por renda no ano de 2019.....	36
Figura 10: Média das notas por renda em 2020.....	36
Figura 11: Média das notas de ciências humanas por renda em 2019 e 2020.....	37
Figura 12 - Taxa de inscrição de estudantes concluintes do ensino médio, por rede pública estadual e particular (%)......	40
Figura 13 - Gráfico de participação dos estudantes concluintes do Ensino Médio, por rede pública estadual e privada (%)......	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2. ENEM: UMA ANÁLISE ABRANGENTE SOBRE SUA NATUREZA.....	13
2.1 Reconfiguração da forma de ingresso às Universidades: As mudanças do ENEM e o fim dos vestibulares tradicionais.....	14
2.2 Uma análise comparativa entre PISA e ENEM na avaliação de desempenho e seus reflexos no contexto brasileiro.....	16
3. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE SOCIAL NAS ESCOLAS.....	18
3.1 Desvelando desigualdades: Principais desafios enfrentados durante o Covid -19.....	19
3.1.1 Desemprego.....	20
3.1.2 Desigualdade racial.....	22
3.1.3 Saúde Mental.....	24
4. A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NA REALIZAÇÃO DO ENEM E SEUS REFLEXOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	26
4.1 Adaptações necessárias no ENEM a partir de 2022.....	27
4.2 Desigualdades no acesso à educação superior: O papel da pandemia e do novo ENEM.....	29
5. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS.....	33
5.1 Análise geral.....	33
5.2 Análise de resultados com fatores socioeconômicos.....	35
6. DADOS LATENTES.....	38
CONCLUSÃO.....	42

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para o meu projeto de pesquisa surgiu de uma experiência marcante durante meu período no curso preparatório para o Enem. Ao perceber que estudantes do primeiro ano do ensino médio em escolas particulares possuíam um conhecimento teórico mais avançado do que eu, que havia estudado toda a minha vida em escolas públicas, em todas as áreas de conhecimento, questionei-me sobre o diferencial que estava sendo proporcionado aos alunos de instituições privadas. Sendo assim, essa inquietação motivou minha decisão de investigar o diferenciamento nos resultados do ENEM entre estudantes de escolas públicas e privadas, com um enfoque específico no período do COVID-19.

É imprescindível destacar a importância da Constituição Brasileira de 1988, que assegura o direito à educação de qualidade. Entretanto, esta garantia torna-se uma questão problemática quando confrontada com a realidade do sistema educacional brasileiro. A falta de recursos, a negligência governamental e o reflexo histórico que recai sobre os alunos de baixa renda transformam a promessa constitucional em uma contradição da realidade.

Neste contexto, o trabalho mostra a segregação educacional, evidenciada na disparidade entre o ensino público e privado no Brasil, no qual representa um desafio significativo para a implementação efetiva do direito à educação de qualidade. Portanto, a presente pesquisa busca analisar essas discrepâncias pós-COVID-19, considerando não apenas as condições estruturais das escolas, mas também os reflexos das políticas públicas e históricas que moldam a trajetória educacional dos estudantes brasileiros.

Para iniciar o processo de avaliação do diferenciamento entre escolas públicas e particulares, proponho que consideremos o panorama educacional em geral, especialmente a demora na democratização do ensino no Brasil. Além desse contexto histórico, é crucial questionarmos por que essa diferenciação existe, como se manifesta e desde quando está presente. Nesse processo, a educação transformou-se em um espaço de reprodução e produção de desigualdades, refletindo-se nas atuais disparidades entre escolas e, principalmente, nos resultados dos alunos nos vestibulares. Isso é um reflexo histórico do banimento social enfrentado por pretos, pobres e periféricos no Brasil.

Ao explorar o diferenciamento, percebemos que a falta de igualdade de oportunidades para alunos de escolas públicas e privadas vai além da simples ausência de estudantes da

escola pública ingressando em universidades, contrastando com a significativa presença de alunos de escolas particulares, mesmo diante das cotas destinadas às escolas públicas. Essa disparidade é um reflexo direto da exclusão de alunos do ensino público, sendo a falta de oportunidades iguais para ricos e pobres o principal fator dessa segregação.

Considerando que somos produtos do nosso meio, a periferia enfrenta a falta de estrutura familiar, escassez de alimentação diária e a ausência de informações políticas básicas no Brasil. É essencial ressaltar que a política serve como um alicerce frágil para a educação pública no Brasil. Historicamente, os governos têm evitado abordar as raízes dos problemas, focando apenas nas questões presentes. Um exemplo é a mudança no ensino médio, inicialmente planejada para melhorar a educação, resultando, no entanto, em maior segregação nas escolas e na sociedade em geral.

Em um segundo plano, a chegada da COVID-19 em 2020 destacou ainda mais a segregação educacional no Brasil. Diante de uma pandemia avassaladora, globalmente marcada por milhões de mortes e dois anos de isolamento, o início do ano letivo nas escolas trouxe consigo desafios significativos. Nesta introdução, abordaremos os dois anos letivos nas escolas particulares e públicas separadamente para, posteriormente, concluir com uma análise do diferenciamento no resultado do ENEM entre essas instituições, pós coronavírus.

Em primeiro lugar, após o anúncio de que todas as escolas deveriam adotar a paralisação total e que o ano letivo continuaria de forma remota, as escolas públicas paralisaram literalmente. A direção dessas escolas estava ciente da realidade de alunos sem condições de assistir aulas em casa, muito menos de possuir um computador. Por outro lado, nas escolas particulares, as aulas continuaram rapidamente, com total apoio financeiro e familiar. Além dessa discrepância na realidade, o Senado aprovou uma lei que concedia auxílio para os alunos pagarem as mensalidades, enquanto as escolas públicas ainda estavam sem aulas.

Há uma debilidade na formação dos nossos alunos, o que compromete a democracia do país. A fragilidade também se reflete no pagamento dos profissionais das escolas privadas e estaduais, agravando ainda mais essas diferenças. Uma pesquisa conjunta do MEC e INEP revela que nove em cada dez alunos da rede pública ficaram abaixo da média nacional no ENEM. Enquanto isso, uma análise do PISA coloca o Brasil em 56º lugar em educação entre 65 países avaliados, mesmo diante das inúmeras tentativas de auxílio estudantil. O governo, no entanto, muitas vezes isenta-se de responsabilidades, colocando a culpa nos professores, que recebem um salário mínimo no país.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de se questionar: Como a educação poderia ser mantida em um ambiente totalmente virtual? Quais seriam as ramificações das desigualdades sociais no acesso à tecnologia? Essas perguntas refletem o cenário não democrático que emergiu durante a pandemia. A tomada de decisão em adotar abordagens online expôs a crua realidade: Quantos teriam o privilégio de se manterem conectados e continuar sua educação? Além das esferas institucionais, ressaltamos a falta de políticas públicas, destacando a responsabilidade das famílias e escolas para lidar com uma situação de despreparo. Ao explorar as nuances entre tecnologia e educação, esta pesquisa busca refletir sobre a construção de um sistema educacional inclusivo, onde as desigualdades, tanto digitais quanto sociais, sejam superadas.

2. ENEM: UMA ANÁLISE ABRANGENTE SOBRE SUA NATUREZA

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi estabelecido em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade inicial de avaliar o desempenho educacional dos estudantes ao concluírem a educação básica. Essa iniciativa tinha como propósito principal a geração de dados estatísticos consistentes e passíveis de análise. Ao longo dos anos, o exame passou por aprimoramentos e evoluiu para desempenhar um papel fundamental como mecanismo de acesso ao ensino superior, contribuindo para a inclusão social em instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas.

Conforme observado por Tiezzi (2005)¹, o ENEM possui raízes neoliberais, influenciadas por concepções originárias dos Estados Unidos e da França. No entanto, em meio a essa orientação, surge uma controvérsia em relação ao seu propósito, uma vez que o exame também se propõe a democratizar a educação nacional. Esse aspecto ganha destaque na medida em que o ENEM, enquanto prova, busca promover a equidade no ensino, favorecendo a inclusão de estudantes economicamente menos favorecidos nas universidades, um objetivo que se alinha, por exemplo, com o sistema de cotas.

Ademais, cabe ressaltar que a elaboração das provas anuais do ENEM é uma responsabilidade incumbida ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação. A complexidade dessa tarefa, que envolve a criação de questões que abrangem as áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, além de Ciências Humanas e suas Tecnologias, é notável.

O ENEM, após sua formulação em 2009, realizada a partir das diretrizes expostas no documento elaborado pelo INEP², é, simplesmente, servir de referência para implementação do novo ensino médio, refletindo em transformações pedagógicas, não só no ensino médio, mas em toda a educação básica.³ Para além dessas transformações, a ideia inicial do exame é o desenvolvimento de conteúdo de diferentes disciplinas, colocando causas diárias em perguntas científicas, de modo que o participante entenda gráficos, textos, problemas de lógica, causas cotidianas;

¹ Tiezzi. apud. JUNIOR, Venancio. Uma breve história do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM: Avanços e ranços até a era digital. Mestrado em Educação. Instituto Federal de Brasília. pg 3. 2021

² INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretrizes. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>

³ JUNIOR, Venancio. Uma breve história do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM: Avanços e ranços até a era digital. Mestrado em Educação. Instituto Federal de Brasília. pg 4. 2021

Segundo histórico de provas, tiradas do INEP, o crescimento do ENEM é crescente a cada ano. No primeiro ano, em 1998, houve um pouco mais de 157 mil inscrições, das quais apenas 115,6 mil estudantes efetivamente realizaram a prova. Porém, nos anos seguintes, após transformações e crescimento democrático, cada vez mais alunos e faculdades entraram para ideia do exame nacional do ensino médio. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em seu documento básico de diretrizes da prova:

Após realização de consulta pública com a população para direcionar melhorias, o Enem passa a ser aplicado em dois domingos consecutivos. Em 2017, a prova ocorreu em 5 e 12 de novembro, em 1.725 municípios. Com a mudança, a redação passou a ser aplicada no primeiro dia. A certificação do ensino médio voltou a ser competência do Enceja. O exame ficou ainda mais acessível com a estreia da vídeo prova em Libras para surdos e deficientes auditivos. Outra novidade foi a estreia da prova personalizada com nome e número de inscrição do participante, e a adoção de novo recurso de segurança: identificador de receptor de ponto eletrônico. As mudanças impulsionaram, ainda, a criação de um novo logotipo e um novo Site do Enem. O Inep registrou 6.763.122 inscrições.⁴

2.1 Reconfiguração da forma de ingresso às Universidades: As mudanças do ENEM e o fim dos vestibulares tradicionais

Desde 2009, o ENEM, realizado anualmente, compreende uma estrutura composta por uma prova de redação e 180 questões de múltipla escolha, distribuídas igualmente entre quatro áreas de conhecimento. Esse formato foi implementado visando avaliar de maneira abrangente o conhecimento dos participantes. Antes disso o ENEM, além de ser realizado apenas para avaliação das escolas e alunos brasileiros, era uma prova composta apenas por 63 questões. Além disso, era feita em um dia, com cinco horas e meia de duração em 164 cidades ao redor do Brasil.

Destaca-se que a aplicação das provas ocorre ao longo de dois domingos consecutivos, sendo cada domingo destinado a uma prova de redação e 90 questões, proporcionando um ambiente propício para que os participantes possam expressar seu conhecimento e habilidades de forma equilibrada. Essa iniciativa transformou o ENEM em uma das maiores provas padronizadas em larga escala do mundo, consolidando sua relevância no cenário educacional internacional. (SODRÉ, 2018)

Para que o ENEM se consolidasse como substituto do vestibular tradicional, o Ministério da Educação criou o "Novo Enem", promovendo reformulações no formato e

⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretrizes da prova. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>

conteúdo das provas. Essas mudanças visavam estabelecer o exame como método unificado e mais democrático para a seleção nas universidades federais. Em seus estágios iniciais, a região Sudeste foi pioneira ao adotar as notas do ENEM como critério de acesso aos cursos superiores.⁵

Conforme relatado pelo Jornal O Globo em 2011, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tomou a decisão de adotar o ENEM como única forma de ingresso em seus cursos. Algumas outras instituições de ensino superior no Rio de Janeiro já haviam aderido ao ENEM, enquanto outras, como a Uerj, não conferiram credibilidade a essa nova forma de acesso ao ensino superior. De acordo com o Inep, a decisão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) serviu como validação para outras universidades, incluindo a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Nesse mesmo período, a UFRPE associou seu renomado nome ao ENEM, tornando-o a única etapa de ingresso em seus cursos, seguindo as orientações do MEC.

Em síntese, a Portaria nº 109, de maio de 2009, oficializou o “Novo Enem”, destacando seu papel avaliativo tanto para concluintes do ensino médio, quanto para ingressantes de cursos superiores⁶. Essa mudança, de alguma forma inesperada, representou um marco para provas padronizadas. O exame foi reformulado para seguir de base para um novo projeto da reforma do ensino médio. Dessa forma, as questões do ENEM passaram a abordar temas que não estão restritos a uma única disciplina, mas sim relacionado a várias áreas de conhecimento. Além disso, houve na prova a valorização não apenas a memorização de informações, mas também a capacidade dos estudantes de interpretar, analisar e compreender textos, gráficos, mapas e outras formas de interpretação.

Por fim, é importante destacar o Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado pelo INEP em 2010, que é uma ferramenta disponível na internet, com uma interface agradável e simples, capaz de cruzar os dados das vagas disponibilizadas pelas instituições de ensino superior públicas com a nota obtida no ENEM. Este sistema possibilita a busca, por parte do aluno, das vagas em todos os cursos nas universidades públicas do país, conforme foram previamente oferecidas por cada instituição. O SISU leva em conta as notas de corte e os critérios usados para que elas sejam estabelecidas, de acordo com as peculiaridades dos cursos e das universidades. Em via de regra, o cálculo da nota de corte estabelece pesos diferentes para as notas obtidas em cada prova, conforme a natureza do curso. Basicamente, existem três

⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretrizes da prova. Brasília: INEP. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>

⁶ BRASIL. Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009

formas de ingressar na universidade: SISU, PROUNI e FIES. Todas essas opções requerem a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O FIES e o PROUNI são programas que oferecem financiamento e bolsas para o Ensino Superior Privado. Assim como no SISU, a nota de corte é um critério relevante. Além disso, o estudante precisa ter obtido, no mínimo, 400 pontos de média nas quatro disciplinas e não pode ter zerado na redação. Dessa forma, o aluno que é selecionado em uma universidade privada pelo PROUNI recebe uma bolsa de estudos, enquanto o estudante do FIES obtém um empréstimo para auxiliá-lo no pagamento das mensalidades, a ser quitado após sua formatura.

2.2 Uma análise comparativa entre PISA e ENEM na avaliação de desempenho e seus reflexos no contexto brasileiro

Além do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), outro instrumento nacional que desempenha um papel fundamental na avaliação educacional é o PISA, sigla do Programme for International Student Assessment - Programa Internacional para a avaliação de alunos -, sendo uma proposta de avaliação promovida pela OCDE (Organização para a cooperação e o Desenvolvimento Econômico), uma entidade intergovernamental dos países industrializados que atua em modo de foro de promoção do desenvolvimento econômico e social dos membros.⁷

De acordo com Waiselfisz (2013), o PISA trata-se de uma avaliação sistemática, prospectiva e comparativa no nível internacional, que teve início no ano de 2000 e focaliza as áreas de matemática, ciências e língua. O estudo se realiza a cada três anos e em cada ciclo enfatiza cada uma dessas áreas: em 2000 foi a língua, em 2003 a matemática e na última, de 2006, foi ciências. A área enfatizada concentra aproximadamente 60% da indagação nas provas, restando para as outras duas áreas aproximadamente 20% cada uma.

A prova do PISA concentra-se nas competências dos alunos, em vez de apenas os conhecimentos adquiridos e gravados na escola. Valorizando conhecimentos como a capacidade de resolver problemas, trabalhar com informações e enfrentar situações da vida cotidiana. Um exemplo deste fato é, a prova de ciências é considerada a compreensão de temas abrangentes como consumo de energia, biodiversidade e saúde, em vez de conhecimentos como nome de plantas e animais.

⁷ Waiselfisz, J. J. (2011). pág. 13. *O ensino das ciências no Brasil e o PISA*. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/is000003.pdf>

Nesse contexto, o PISA e o ENEM vão de encontro aos ideais da preparação do aluno, não só para universidade, mas para a vida pós ensino médio. Apesar de tantas mudanças terem sido feitas no ENEM e hoje a prova ser mais sistematizada, o enem ainda tem seu caráter cotidiano. É necessário, por fim, destacar que o Enem e o PISA são duas coisas diferentes, mas que, inicialmente, se encontravam nas ideias de avaliar a situação do Brasil na educação.

3. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE SOCIAL NAS ESCOLAS

Atravessando gerações, a música "O dia em que a terra parou", de Raul Seixas, tornou-se realidade para a atualidade de 2020. Nas escrituras do cantor, ele diz que sonhou com um sonho no qual a terra tinha parado, e todas as pessoas do planeta fizeram um combinado de não sair de casa. Para explicar a pandemia da COVID-19, não preciso falar muitas coisas, além dos dados e da doença, a não ser o sonho de Raul, que, depois de anos, até depois da própria morte, tornou-se realidade. Como disse o maluco beleza, ninguém saiu de casa para trabalhar, uma vez que sabia que o patrão não estaria lá.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara que o mundo iria passar por uma pandemia. Três meses depois da notícia já haviam 9.454.051 casos confirmados de COVID-19 e quase meio milhão de mortos em todo o mundo.⁸ Em meio ao caos e à morte, ainda nos deparamos com questões políticas, educacionais e, claro, questões do âmbito da saúde e do alvoroço que se instalava em hospitais, não só públicos, mas também particulares. Num sentimento conjunto com o mundo todo, como se fôssemos um só país com o único objetivo de salvar vidas, o trabalho em grupo falhou por parte do líder brasileiro, que na gestão da pandemia deixou a desejar ao ajudar sua própria população. Não diria apenas na busca de alternativas para conter a doença, que é o básico a se fazer em uma pandemia, mas também na busca de ajuda trabalhista e, simplesmente, em cuidados básicos que uma população necessita.

Neste capítulo, irei refletir sobre a causa: Pandemia, Educação e Família. Nos dizer de Janerton Schütz, a desaceleração que a pandemia trouxe fez com que os pais lembrassem que possuíam filhos, e os filhos que possuíam pais. Além das famílias, que em situações se uniram, se permitiram, viveram novas experiências, brincaram e se fortaleceram. Contudo, há outras situações em que o isolamento escancarou as dificuldades nas relações, a fome, a desigualdade, o despreparo, o medo e a falta do básico.⁹

Diante do temor e da carência do essencial, o primeiro semestre de 2020 evidenciou de maneira contundente a pobreza e a desigualdade estampadas no rosto do Brasil. Segundo dados da PNAD¹⁰, 20,9% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet, o que equivale

⁸ SOUZA, Elmara. 2020. pág 2. Educação em tempos de pandemia: desafios e atualidades. Acesso em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127/5030>

⁹ SCHÜTZ, Janerton. 2020, pág 13. A educação em tempos de pandemia. Acesso em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127/5030>

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Acesso em: <https://www.ibge.gov.br>

a 15 milhões de lares. Apenas 71,9% possuem acesso à rede, porém, com apenas um celular por residência. Nesse contexto, destaca-se a realidade da classe média no Brasil, que desfruta de uma base e uma estrutura privilegiada, não enfrentando dificuldades para estudar e assistir aulas durante a pandemia. Além disso, essas residências proporcionam um ambiente tranquilo para a realização de atividades escolares, dada a quantidade de cômodos disponíveis. Por outro lado, nas casas da classe popular, as crianças muitas vezes precisam se contentar com um dois cômodos para tentar estudar, sem mencionar o fato de que essas crianças frequentemente se veem obrigadas a sair para trabalhar e ajudar em casa. Sendo assim e baseando nessa realidade, este capítulo trata de reflexões sobre a educação sob a luz da pandemia

3.1 Desvelando desigualdades: Principais desafios enfrentados durante o Covid -19

Após o primeiro questionamento, mundial por natureza, "O que é uma pandemia?", surgiram as diversas ramificações de indagações, principalmente no cenário educacional brasileiro. Como manter os vínculos com os alunos sem compartilhar o mesmo espaço físico? Como estruturar uma aula para a qual, ao longo de todos os anos de magistério, jamais fui preparado? Quais serão as dinâmicas para avaliações e interações? E, talvez a mais crucial, como meus alunos, desprovidos de acesso à rede, terão acesso às minhas aulas?

Inicialmente, respondendo à primeira pergunta, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença, e o termo passa a ser utilizado quando uma epidemia, que afeta uma região específica, se espalha por diferentes continentes, apresentando transmissão sustentada de pessoa para pessoa¹¹. Nesse contexto pandêmico, em busca de soluções imediatas, as escolas tiveram que se reinventar com o "ensino remoto", que consiste em aulas ministradas por meio virtual, principalmente utilizando o Google Meet.

O ensino remoto e sua tentativa de interação com os alunos tornaram-se um dos principais desafios da pandemia, sem deixar de mencionar as limitações enfrentadas. O que antes era realizado presencialmente em sala de aula continuou a acontecer por meio de webcams, entretanto, muitos professores lamentaram a ausência de presença física e interação direta aluno-professor. Além das queixas por parte dos profissionais da educação, os alunos também expressaram insatisfação, estando cansados de passar horas diante de uma tela e sendo obrigados a manter uma atenção para a qual nunca foram devidamente preparados. Vale ressaltar que, em um ambiente virtual, onde o professor não necessariamente visualiza cada

¹¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). COVID-19: Situação global. Genebra: OMS, 2020. Acesso em: <https://www.who.int/emergencies/disease/novel-coronavirus-2019>.

aluno, o desafio de manter o engajamento ao longo de 5 ou 8 horas é praticamente traumático para uma criança. “Sob esta ótica, vale destacar que os professores ainda não estão preparados para lidar com ferramentas digitais e gravação de lives e videoaulas. Por mais que seja um desafio, é necessário priorizar o uso de metodologias ativas que envolvam o aluno nas atividades propostas pelos professores.”¹²

3.1.1 Desemprego

Se toda reestruturação educacional se tornou difícil para todos os âmbitos da escola, a desigualdade educacional se destacou socialmente e a não preocupação com estes alunos perduram até os dias de hoje. No primeiro trimestre de 2021, o índice de desemprego no Brasil atingiu 14,9%, ultrapassando a marca de 15,2 milhões de pessoas.¹³

Figura 1: Número de desempregados no Brasil em 2021 entre maio e setembro



Fonte: IBGE

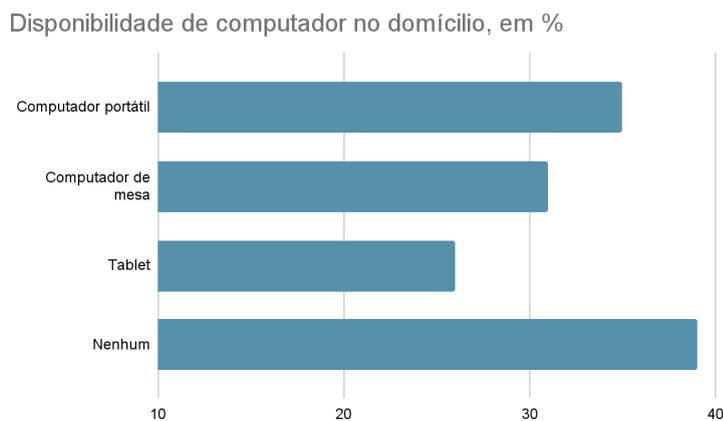
Sendo assim, como evidenciado (FIG 1), o desafio mais complexo do percurso foi o desemprego no Brasil e a fome em muitos lares. Quinze milhões de famílias enfrentavam o desemprego, quinze milhões de crianças ansiando por uma educação básica em casa e, consequentemente, quinze milhões de famílias sem assistência e esperança para o que poderia

¹² LACERDA, Tiago. TEDESCO, Anderson. 2020. Vol 1. Pg 23. Educação em tempos de COVID: desafios e possibilidades. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585134>

¹³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Taxa de desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

ser o ano de 2021. Nesse contexto, destaco a importância de compreender a acentuada desigualdade que se manifestou na presença do ensino e da educação entre os lares de classe média alta e as residências das classes populares. Haja vista que, há uma desigualdade entre a rede pública e privada de ensino, até antes da pandemia. De acordo com o IBGE, 4,1 milhões de estudantes da rede pública não têm acesso à internet, além disso 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa. Nas escolas particulares o índice é apenas de 9%.¹⁴ Na (FIG 2) apresentou a disponibilidade em porcentagem de computador em domicílios de estudantes das escolas públicas.

Figura 2: Disponibilidade de computador no domicílio durante EAD



Fonte: G1

Além do contexto mencionado, destaco a difícil realidade enfrentada por crianças que se viram obrigadas a deixar seus lares para trabalhar. Enquanto isso, as crianças pertencentes à classe média permaneciam em casa, muitas vezes desfrutando do benefício do home office de seus pais, equipados com computadores de última geração para fins educacionais e, posteriormente, para o lazer. A falta de acesso à internet e computadores emerge como um dos principais obstáculos, explicando a baixa participação dos alunos em atividades durante o ano de 2020. Na rede pública estadual de São Paulo, por exemplo, aproximadamente 91 mil estudantes não conseguiram acompanhar as aulas remotas ou entregar qualquer atividade letiva ao longo do ano.

¹⁴ G1. Pandemia de COVID-19: Impactos na Educação Brasileira. São Paulo: G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/>

3.1.2 Desigualdade racial

Ao abordarmos a desigualdade educacional, é imprescindível mencionar o agravamento da disparidade racial nas escolas, especialmente em meio à pandemia. Além disso, também ressaltamos a cruel exposição que foi a desigualdade - estrutural - socioeconômicas e raciais. No Brasil, muitas pessoas ainda carecem do acesso a necessidades básicas, e quando essas privações se somam aos desafios impostos por uma pandemia e um vírus desconhecido, a carência de conhecimento e as desigualdades se intensificam, tornando-se ainda mais prejudiciais para aqueles à margem da sociedade.

Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não tem sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar¹⁵

As escolas e a educação representam locais em que se busca a erradicação das desigualdades. Paradoxalmente, durante a pandemia, esses espaços se tornaram, ironicamente, os que mais se afastaram desse objetivo. Não é surpresa que a escassez de acesso a computadores e à internet tenha exacerbado essa desigualdade, comprometendo a continuidade das aulas remotas. Nesse contexto, considerando que a maioria da população negra reside em áreas periféricas e frequenta escolas públicas, os impactos negativos dessa realidade recaíram de maneira mais acentuada sobre os indivíduos pretos. É crucial salientar que, mesmo entre alunos negros e brancos em escolas públicas, os primeiros enfrentam desafios mais significativos. Diante deste fato, as escolas mostram esta realidade quando o acesso à educação de alunos brancos são maiores do que de alunos pretos, como mostra a pesquisa abaixo do ano de 2019:

A desigualdade racial do Brasil também se reflete no acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, 55,7% não frequentam escola e não tem a etapa concluída, 8,2% frequentam a escola fora da etapa adequada e 36,1% estão na etapa adequada para a idade. Já entre os pretos e pardos, as proporções são de 68,9% fora da escola, 12,8% fora da etapa adequada e 18,3% na etapa adequada para a idade.¹⁶

¹⁵SANTOS, 2014 S.P., *apud* REIS, Diego. **Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19**. p.2. 2020

¹⁶NITAHARA, Akemi. 2019.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/aceso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-do-s-padroes-internacionais>

A desigualdade racial sempre foi uma chaga presente em todos os âmbitos da sociedade. No contexto pandêmico, essa disparidade se tornou particularmente evidente nas escolas, um local em que trabalhadores terceirizados, como os que desempenham funções na cantina, na limpeza, na venda de produtos fora da escola, entre outros, são predominantemente negros. Quando abordamos temas como resguardo e quarentena, raramente lembramos dessas pessoas que, logo no início da pandemia, foram os primeiros a serem demitidos das escolas.

Além disso, são indivíduos que não têm a luxúria de zelar pela própria saúde diante de um vírus, uma vez que ocupam posições na base da pirâmide de necessidades: empregados. As mulheres negras, em particular, sempre foram as que mais trabalharam. Um exemplo concreto desse fato é o caso ocorrido no Rio de Janeiro em 2020, quando a primeira pessoa diagnosticada com COVID-19 foi uma empregada doméstica que contraiu o vírus da patroa que retornava da Itália.

Diante desse cenário, as crianças, em sua maioria negras, que frequentavam escolas públicas, viram-se obrigadas a sair das instituições de ensino e adaptar-se ao estudo remoto em casa. Essa transição resultou no aumento das agressões físicas no ambiente doméstico e em uma maior aglomeração nas favelas. Curiosamente, enquanto as praias e bares eram locais desaconselhados devido às regras de distanciamento social, nos trens, onde trabalhadores se deslocavam diariamente de manhã e à tarde, a aglomeração era tolerada.

É crucial destacar que muitas crianças e adolescentes negros dependem das escolas para se alimentarem, algumas chegando mais cedo para garantir refeições em diversos horários. Em meio ao caos e desemprego gerados pela pandemia, surge a indagação: como essas crianças se alimentam em tal contexto?

Ademais, as disparidades regionais ganham destaque, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as proporções de falta de acesso a recursos educacionais ultrapassam os 80%. De acordo com o informativo Desigualdades educacionais raciais e covid-19 a proporção de estudantes do ensino básico público sem acesso a computador com internet por unidade da federação (%) Norte e Nordeste é 90% e Sul e Sudeste 50%. Sendo no fundamental 76% dos pardos e 75% dos pretos não têm acesso a computador com internet, enquanto nos brancos o percentual é de 53%.¹⁷

"Estudantes negros e provenientes de áreas periféricas, enquanto sujeitos detentores do direito ao acesso ao conhecimento escolar, devem ter asseguradas condições que propiciem sua admissão, matrícula e permanência nas instituições educacionais, além de meios

¹⁷REIS, Diego. **Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19**. p.10. 2020

adequados para o acompanhamento das atividades escolares, sejam elas presenciais ou remotas."¹⁸ Durante a pandemia, em que caberia ao Estado fornecer suporte tecnológico durante o período de quarentena, esse suporte foi praticamente inexistente, ampliando ainda mais as disparidades educacionais entre os setores privado e público.

É indubitável entender o papel desempenhado pela estrutura social que vivemos na perpetuação do racismo, a fim de desenvolver estratégias eficazes para enfrentá-lo. O mesmo fator que favorece o estado de contágio do corona vírus na população negra é o fator que favorece a discriminação e desigualdade educacional dos negros no Brasil. Nesse sentido, é essencial combater a desigualdade racial na educação, se não o sonho de ter uma sociedade democrática e igualitária será sempre utópica. Do contrário, o racismo estrutural será sempre uma barreira que separa os estudantes branco e negros, impactando seus destinos e trajetórias escolares.

3.1.3 Saúde Mental

A saúde mental emergiu como uma das principais preocupações globais durante a pandemia de COVID-19, sendo influenciada tanto pela necessidade de se adaptar ao “Novo Normal”, que restringia todas as atividades aos limites do lar, quanto pela significativa taxa de mortalidade associada ao vírus. Em consequência dessas problemáticas, professores se depararam com a saúde mental dos alunos enfraquecida. De acordo com Paulo Freire (1996), O professor deve ter a acuidade em seu processo de ensino como, conhecer a identidade cultural do educando, saber que este tem sua bagagem de conhecimento, ou seja, o professor tem que ter a percepção aguçada para lidar com as particularidades do aluno. Como por exemplo, as origens, tradições, valores, experiências, entre várias outras que possam influenciar na bagagem de conhecimento do aluno e na dificuldade que pode existir de aprendizagem.

No cenário sociomental da pandemia, a necessidade da percepção aguçada em relação aos alunos torna-se ainda mais crucial. Isso se deve ao fato de que os estudantes da rede pública enfrentam déficits educacionais durante esse período, cujos impactos ainda continuam reverberando em sua saúde mental. Alguns casos ilustram a gravidade dessa situação, como alunos incapazes de ler, escrever ou contar, sendo assim, afirma-se que “A interação afetiva e social entre os pares é importante para o desenvolvimento cognitivo, para a construção do

¹⁸ REIS, Diego. 2021. pg 5. Pandemia e Desigualdades raciais na educação brasileira: Olhares crí(pi)uticos.

autoconhecimento e para a saúde mental”.¹⁹ Além do fator cognitivo e da baixa autoestima que isso acarreta nos alunos, os estudantes ao invés de abordar seus problemas com o professor, preferem tumultuar a sala. Havendo também a timidez que leva as crianças ao isolamento. Sobre essa questão, A1 (Masculino, professor de História da rede pública) afirma:

Em 2022, as turmas que eu ministrei eram do 6º ano. Durante esse período, os alunos enfrentaram significativas dificuldades no processo de alfabetização, especialmente devido à ineficácia das aulas online, que foram prejudicadas pela qualidade inadequada do material fornecido pela Secretaria Estadual. A falta de acesso à internet foi uma barreira significativa, afetando principalmente os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como resultado, muitos chegaram ao sexto ano com lacunas de conhecimento, o que foi desmotivador, refletindo em uma baixa autoestima. A limitada socialização, essencial para o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, também foi impactada, contribuindo para a deterioração da saúde mental dos alunos. Além disso, a falta de amparo em casa, já esperada dada a vulnerabilidade social, possivelmente agravou ainda mais esses desafios.

Dessa forma, o enfrentamento que persiste nas escolas, pela saúde mental, até os dias atuais torna-se problemático tanto para os alunos quanto para os professores. Os docentes enfrentam diariamente desafios significativos em sala de aula, desde a criação de novas atividades, até a busca por meios inovadores de captar a atenção dos alunos. Além disso, lidam com a realidade das famílias dos alunos, muitas vezes sem suporte e incapazes de auxiliar o aprendizado dos seus filhos. Em certas circunstâncias, a falta de preocupação ou compreensão por parte das famílias leva a concepção equivocada de que é responsabilidade do professor resolver essas questões. Portanto, é crucial desenvolver uma percepção, dentro do ambiente familiar, da saúde mental de crianças e adolescentes. Isso permitirá uma abordagem mais aprofundada dos problemas individuais e dos traumas pós-pandemia, muitas vezes associados à dificuldade de aprendizado ou à perda da capacidade de concentração.

Educação não apenas molda o mundo; ela modifica indivíduos. São as pessoas que, por sua vez, transformam o mundo. Inspirado nas palavras de Paulo Freire, em meio aos desafios enfrentados, torna-se imperativo refletir sobre o impacto direto das desigualdades educacionais na capacidade de transformação. A superação dessas disparidades não apenas influencia, mas é crucial para a efetiva transformação. Nesse contexto, a educação, quando acessível a todos, revela-se uma ferramenta poderosa na construção de um futuro mais igualitário. Lamentavelmente, a pandemia contrariou os princípios de Freire, evidenciando as dificuldades na busca por uma educação que verdadeiramente promova a igualdade.

¹⁹ 2021. Guia prático de professores e professoras. Saúde Mental nas escolas em tempos de pandemia. <https://coronavirus.rs.gov.br/upload/arquivos/202103/08171456-volta-as-aulas-em-tempos-de-pandemia.pdf>

4. A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NA REALIZAÇÃO DO ENEM E SEUS REFLEXOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A maneira como o sistema educacional se reestruturou para lidar com a crise pandêmica demandou um novo paradigma na experiência da licenciatura. Em outras palavras, os professores se dedicaram a reaprender a arte de ensinar. Nesse contexto, eles se viram compelidos a incorporar imagens e recursos audiovisuais em suas aulas – um desafio que já vinha sendo enfrentado antes da pandemia. Agora, no pós-pandemia, essa exigência tornou-se ainda mais real e premente, dado que foram obrigados a adotar métodos de ensino mais voltados para a tecnologia.

Nesse contexto é necessário destacar a forma - obrigatória - do discente de aprender sobre a imagem e o audiovisual. “Um estudo feito pelo instituto península indica que 83% dos professores brasileiros ainda se sentem nada ou pouco preparados para o ensino remoto, isso numa realidade após seis semanas de isolamento. A pesquisa nomeada “Sentimento e Percepção dos Professores Brasileiros nos Diferentes Estágios do Coronavírus no Brasil” foi realizada com 7.734 professores de todo o Brasil entre os dias 13 e 14 de abril de 2020.”²⁰

Também foi apontado na pesquisa que 88% dos professores nunca tinham dado aulas de forma virtual antes da pandemia, e 55% não teve qualquer suporte de capacitação durante o isolamento social para ensinar fora do ambiente físico escolar, mas em meio a isso, 75% deles gostariam de receber apoio e treinamento.²¹ Com isso, as secretarias de educação são agentes fundamentais para que as ferramentas de ensino e aprendizagem estejam aptas para todos os alunos.²² Infelizmente, apenas as escolas particulares estão aptas para atender as demandas dos alunos; assim como os próprios alunos do ensino privado estão mais preparados para atender as demandas dos professores.

Consolidando as discussões anteriores e os desafios destacados, o cenário para a educação pode se tornar ainda mais dramático, principalmente ao considerar a influência da pandemia na realização do ENEM. É evidente que questões como a desigualdade social se agravam ainda mais devido ao impacto direto da participação no ENEM e na entrada na Universidade sobre a disparidade social.

Desde o anúncio da quarentena, os pré-vestibulandos foram tomados por questionamentos, pois não tinham informações sobre o formato da prova e, ainda menos,

²⁰ OLIVEIRA, Jessica. São Paulo. 2020. pág 3. As dificuldades docentes em tempos de pandemia

²¹ Relatório de atividades. Instituto Península, 2020.

²² OLIVEIRA, Victoria. 2020.

sobre a possibilidade de ingressarem na universidade. A pandemia causou um impacto significativo no modelo da avaliação, chegando até a resultar na sua ausência em 2020 e o de 2021 sendo adiado para 2022. Isso ocorreu devido à falta de preparo, do governo, das escolas e dos alunos; tornando inviável a aplicação da prova à população por parte do governo.

4.1 Adaptações necessárias no ENEM a partir de 2022

Após um ano em casa, em março estudantes, despreparados para a prova, foram avisados pelo então ministro da educação que a data seria mantida, mesmo com falta de preparo educacional e falta de preparo e conhecimento dos protocolos que teriam que ser seguidos para a segurança do aluno. Porém, entidades da educação como Consed (Conselho Nacional de Secretários da Educação), Ubes (União brasileira dos estudantes secundaristas) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) se posicionaram contra a medida.

A justificativa de ir contra a medida de manter o ENEM em novembro de 2020 dos alunos foi que, estudantes de escolas públicas não estavam tendo todas as aulas que eles teriam em tempos normais, além disso estudantes que não tinha como ver as aulas por causa da desigualdade gritante em vista dos alunos das escolas particulares. Dessa forma, uma corrente foi montada e suscitou um abaixo assinado online para finalidade da postergação do exame.

Para mais foi criado pela primeira vez na história do ENEM, a criação do ENEM virtual, que nada mais é do que os alunos poderem escolher se iam fazer a prova manualmente ou digitalmente. Porém, eles não podiam fazer em casa, eles iam até o local que foi determinada a prova dele e teria um computador disponibilizado pelo governo para o estudante. Acarretando problemas técnicos e reclamações dos pré-vestibulandos.

Uma nova medida implementada diz respeito à participação de estudantes não pertencentes ao terceiro ano ou que ainda não concluíram o ensino médio, conhecidos como "treineiros". Contudo, visando a redução do número de participantes e a mitigação de aglomerações, a opção foi suspender a participação desses treineiros no presente ano. Esta decisão não apenas decorreu dos desafios logísticos, mas também da inadequação das estruturas existentes. Um exemplo tangível é a necessidade de reduzir pela metade a capacidade das salas de aula em 2022, pois, originalmente dimensionadas para acomodar 50 alunos, a medida se tornou imperativa devido às preocupações com a propagação do vírus e a necessidade de distanciamento social. Logo essa acomodação cairia para 50% dos alunos na sala de aula.

Além dessa diminuição, também existia uma sala de aula da qual caberiam apenas 12 alunos. Isso porque eram pessoas com mais predisposição de risco ao covid-19: Lactantes, gestantes, idosos e pessoas com recomendação médica.

Dentre todas essas medidas, o MEC também foi ofertado o álcool em gel em todas as salas e todos os participantes da prova deveriam ir obrigatoriamente de máscaras para proteção facial.

Em razão da pandemia, o MEC solicitou ao governo federal um adicional de R\$70 milhões para a execução do Enem 2020. Os custos extras vieram, de acordo com o MEC, do aluguel de mais salas para dar maior espaçamento entre os alunos, da compra de máscaras e materiais de segurança para os aplicadores, da ampla oferta de álcool em gel durante o exame e para atender a novos protocolos de segurança e identificação dos alunos.²³

A adaptação do ENEM às circunstâncias do COVID-19 inevitavelmente gerou impactos significativos para o exame mais aguardado do ano. Mesmo diante da ansiedade decorrente da falta de preparo e, não apenas da escassez, mas também da repentina interrupção desse processo preparatório, algumas pessoas se dispuseram a enfrentar o desafio. Claro, aqueles que conseguiram manter um mínimo de preparação por meio de aulas virtuais, assim como já possuíam uma base consolidada de estudo, surpreenderam-se positivamente diante da inesperada mudança para um formato de prova em meio à pandemia.

Lamentavelmente, aqueles que não tinham uma base educacional prévia, muitas vezes devido a desigualdade no acesso à educação, optaram por não realizar a prova, mesmo diante do adiamento da prova. “O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021 registrou apenas 3,1 milhões de inscrições confirmadas, menor número desde 2005.”²⁴

Essas adaptações, em resposta da pandemia, podem impactar as futuras edições do exame e os processos seletivos em geral. Isto porque, a adversidade traz um peso e uma incerteza para o futuro.

4.2 Desigualdades no acesso à educação superior: O papel da pandemia e do novo ENEM

Os tempos de excepcionalidade gerados pela pandemia da covid-19 jogaram luz sobre desigualdades estruturais do Brasil. Nesse contexto de futuro incerto, mais da

²³ Santos, A. L. Jacobs, E. (26 de novembro de 2020). "ENEM em Tempos de Pandemia". Jacobs Consultoria. Recuperado de <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/enem-em-tempos-de-pandemia>

²⁴ GUIA DO ESTUDANTE. Estudantes explicam por que desistiram do ENEM 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/estudantes-explicam-porque-desistiram-do-enem-2021/>.

metade dos estudantes no planeta está sem acesso aos conteúdos online disponibilizados pelas instituições educacionais. Segundo o balanço da Unesco de abril, cerca de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes estão fora da escola em 188 países em função das regras de isolamento social impostas para conter o avanço da disseminação do vírus. No Brasil, são mais de 4.8 milhões de crianças e adolescentes sem internet em casa, ou 17% do total entre quem tem de 9 e 17 anos, segundo a Unicef. Sem essas ferramentas para buscar conteúdo, eles deixam de se preparar, por exemplo, para o ENEM, postergado para novembro.²⁵

Para iniciar esta seção, a UFMG traçou um panorama do contexto nacional, destacando que apenas "17,4% da população com 25 anos ou mais possui formação superior concluída, enquanto o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece a meta de 33% até 2024". No entanto, apesar desses dados e do aumento no ingresso nas universidades em comparação a anos anteriores, vale ressaltar que, nos governos anteriores a 2018, mais pessoas obtiveram acesso ao ensino superior do que nos anos subsequentes. A desigualdade é um dos principais motivos da não entrada no ensino superior, nesse sentido, o caminho para meta de mais pessoas entrarem na universidade ainda está longe, assim precisamos criar mais oportunidades de mobilidade sociais, diz pesquisa.

“A pandemia de Covid-19 impactou fortemente as escolas de educação básica e instituições de educação superior, públicas e privadas, e não é possível vislumbrar até quando serão sentidos seus efeitos, assim como o que ficará como dívida ou legado para o futuro.”²⁶ É fato de que a pandemia teve repercussões negativas em diversos âmbitos educacionais, abrangendo desde o início básico até o médio público. Esses impactos foram sentidos de maneiras distintas, principalmente pelos alunos economicamente frágeis. Desta forma, torna-se ainda mais imperativo ressaltar que, além das desigualdades já existentes, a desigualdade dentro das universidades públicas não recebe a devida atenção por parte do governo e da classe média alta. Isso se evidencia pelo fato de que a entrada de estudantes de origem financeira mais abastada é mais frequente do que os estudantes de origem menos favorecida, cenário que se intensificou ainda mais após a pandemia.

Na educação superior, que está fora da obrigatoriedade e bem mais distante do patamar da universalização (INEP, 2022), as preocupações se voltaram para um possível aumento da desigualdade no acesso, que pode estar relacionada tanto com a queda no número de inscritos no Enem quanto com a redução das matrículas na educação superior pública. O freio na demanda por vagas na educação superior, principalmente pelos grupos mais sensíveis às crises, poderia ter ocasionado uma

²⁵ ARRUDA, Grazielle. SILVA, Joelma. BEZERRA, Maria. apud. PILL. O USO DA TECNOLOGIA E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR EDUCADORES E EDUCANDOS EM MEIO A PANDEMIA. pg 6. 2020.

²⁶ AZEVEDO, Alexandre. 2022. nº22. pág. 91 DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISES POLÍTICA, ECONÔMICA E DE SAÚDE: DAS TENDÊNCIAS ANTERIORES ÀS TRANSFORMAÇÕES ASSOCIADAS À PANDEMIA DE COVID-19.

mudança no perfil dos ingressantes em cursos de graduação. Além disso, por motivos semelhantes, a evasão na educação superior teria se agravado, atingindo principalmente os estudantes pertencentes aos grupos sociais historicamente excluídos do ensino superior no país. Dessa forma, teriam fracassado tanto as políticas de acesso – Enem, Sisu, Lei de Cotas etc. – quanto as de assistência e/ou permanência estudantil, com destaque agora para novas estratégias, como a da inclusão digital dos estudantes e professores.²⁷

Apenas 25% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior.²⁸ No total, foram ofertadas 22 milhões de vagas, tanto em universidades públicas quanto privadas. No entanto, apenas 4,3 milhões dessas vagas foram preenchidas, sendo 96% delas em faculdades particulares, dado que a maioria das universidades no Brasil é privada. Diante desses dados, já se percebe que os estudantes do ensino privado são os mais beneficiados em 2022. Entre os fatores que contribuem para esse benefício, o principal é a falta de estrutura dos alunos das instituições públicas.

Outro aspecto que não deve ser esquecido é a problemática em cima dos estudantes marginalizados. “A pandemia teria escancarado nossas desigualdades estruturais, afetando com maior intensidade os estudantes das famílias de menor renda per capita, desprovidos dos recursos necessários a uma integração rápida às formas de ensino remoto”²⁹ Como mencionado no capítulo III, a carência dos recursos tecnológicos por parte de alguns estudantes é uma das maiores causas do acesso ao ensino superior, desta forma quando se fala da desigualdade por parte da região em que o estudante se encontra, esta problemática se torna ainda mais agravante.

A marginalização constitui um processo complexo impulsionado por diversos fatores, como condições etnicorraciais, socioeconômicas, regionais e culturais, sendo resultado de dinâmicas políticas desfavoráveis que persistem ao longo do tempo, prejudicando crianças, jovens e adultos. Como reflexo desse panorama, a pandemia exacerbou as adversidades enfrentadas por alunos que se preparavam para o ENEM.

É inegável que os estudantes provenientes de comunidades de favelas encaram desafios distintos em sua rotina de estudos, em comparação com seus colegas de ambientes mais tranquilos. Além da carência de acesso à internet, o próprio ambiente torna-se um

²⁷ AZEVEDO, Alexandre. 2022. nº22. pág. 92-93 DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISES POLÍTICA, ECONÔMICA E DE SAÚDE: DAS TENDÊNCIAS ANTERIORES ÀS TRANSFORMAÇÕES ASSOCIADAS À PANDEMIA DE COVID-19.

²⁸ Dados disponíveis: IBGE

²⁹ AZEVEDO, Alexandre. 2022. nº22. pág. 92-93 DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISES POLÍTICA, ECONÔMICA E DE SAÚDE: DAS TENDÊNCIAS ANTERIORES ÀS TRANSFORMAÇÕES ASSOCIADAS À PANDEMIA DE COVID-19.

obstáculo para a continuidade eficaz dos estudos. "A situação seria muito diferente se esses jovens estivessem em sala de aula presencialmente. Não há condições de estudar dentro de casa, nas circunstâncias de uma favela, marcada por tiroteios, a necessidade de trabalho e a ausência de um ambiente adequado para o estudo."³⁰ Um estudo feito pelo IBGE, mostra a proporção da entrada de pessoas das favelas que entram na universidade (FIG 3)

Figura 3: Universitários nas favelas proporção de pessoas com ensino superior



Fonte: IBGE

Em meio ao abandono de longa data, as favelas enfrentam agora um desafio ainda mais premente, após anos de desordem: a rápida propagação do coronavírus entre uma parcela significativa da população. A grande indagação nesse cenário foi como seguir as recomendações da OMS em um contexto de carência extrema de infraestrutura básica, como o fornecimento de água. Em outras palavras, além da batalha pela sobrevivência em meio à violência armada, agora surge a luta pela sobrevivência frente ao vírus.

Nesse contexto de luta pela vida, esperar que os estudantes consigam ingressar nas universidades parece quase uma utopia, considerando que o estudo preparatório para o ENEM se tornou uma das menores preocupações diante dos desafios cotidianos enfrentados por essas comunidades. Assim, como mostra em uma entrevista da revista UOL, com um pré-universitário que tinha o sonho de entrar na universidade:

Colega de Pablo no Pré-vestibular Comunitário Mais Nós, que oferece aulas gratuitas a estudantes da Baixada Fluminense, Pedro Vinícius Gomes, 26, tenta ingressar no ensino superior pela terceira vez. Além de não possuir acesso à internet, Pedro Vinícius Gomes, 26, se divide entre os estudos e o trabalho de pedreiro. Neste

³⁰ Ana Beatriz, 20 anos, moradora da Vila Cruzeiro. Voz da comunidade.

<https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/como-os-jovens-das-favelas-estao-se-preparando-para-o-enem/>

ano, ele achou que conseguiria se dedicar somente aos estudos para cursar Jornalismo em uma universidade pública. A pandemia do coronavírus, porém, fez com que a necessidade de trazer dinheiro e comida para dentro de casa fosse ainda maior, frustrando os planos traçados.

Inquestionavelmente, o local onde você reside exerce um impacto significativo em seu destino, seja por meio das oportunidades que oferece ou da sua ausência. A dificuldade de acesso ao ensino superior não é um fenômeno exclusivo da pandemia, mas uma realidade persistente em condições normais da sociedade. Em especial, nas escolas públicas, principalmente aquelas situadas à margem da sociedade, sempre se deparam com desafios consideráveis na trajetória em direção ao vestibular. Ilustrando essa realidade, temos relatos que abordam desde a escassez de professores em sala de aula até a impossibilidade de estudar devido a questões de segurança, como a ocorrência de tiroteios na comunidade.

Não há dúvida de que as desigualdades socioeconômicas, medidas em termos de renda e riqueza, são cruciais para apontar as diferenças nas condições de vida concretas – afinal, os grupos mais ricos têm melhor moradia, melhor assistência médica, mais e melhor lazer e maiores expectativas de vida que grupos que ocupam uma posição inferior na estrutura socioeconômica. Não obstante, duas outras dimensões das desigualdades sociais, em geral desconsideradas da investigação convencional, são também decisivas para determinar as distâncias nas condições de vida dos diferentes grupos sociais: as assimetrias de poder e as desigualdades socioecológicas.³¹

Como órgãos encarregados de promover a equidade entre os estudantes, os estados nacionais têm demonstrado insuficiência na mitigação das desigualdades educacionais. Durante a pandemia, a taxa de desistência desses estudantes atingiu o patamar mais elevado desde o início do ENEM em 1998. Essa elevação é atribuída à falta de preparo e à ausência de políticas públicas efetivas que proporcionem condições mínimas de equidade para os alunos, criando um ambiente social propício tanto para os estudos quanto para outras formas de vivência. Este cenário ressalta a urgência de ações que dirijam as disparidades existentes, visando garantir igualdade de oportunidades no acesso à educação.

5. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados das pesquisas e análises deste trabalho. Os resultados foram divididos em seções. Inicialmente, haverá a análise de alunos

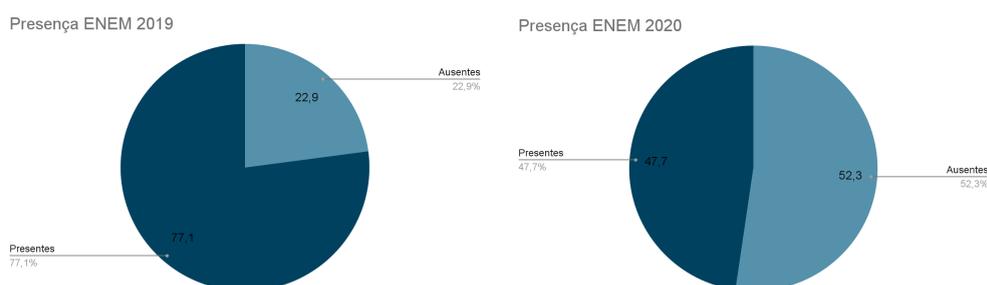
³¹ IRES, Roberto; LOTTA, Gabriela. Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], 2019. p. 128.

presentes no enem de 2019 e 2020. Depois a análise de notas por classe de renda. Por fim, o diferenciamento de dados.

5.1 Análise geral

Os microdados do Enem são o menor nível de desagregação de dados recolhidos por meio do exame. Eles atendem a demanda por informações específicas ao disponibilizar as provas, os gabaritos, as informações sobre os itens, as notas e o questionário respondido pelos inscritos no Enem.³² Cada linha presente nos arquivos de dados representa as informações de um participante que se inscreveu no Enem em 2019 e 2020. Logo, a contagem total de linhas no arquivo de dados é equivalente ao número total de participantes que se inscreveram para fazer o exame. Cada linha, portanto, contém as informações individuais de um inscrito, e o conjunto dessas linhas representa a totalidade dos candidatos inscritos nas respectivas edições. Sendo assim, o número de inscritos no ano de 2019, foi de 5.095.171, com 3.923.046 presentes e 1.168.053 ausentes no primeiro dia, que corresponde à prova de Ciências Humanas. Para o ano de 2020, se inscreveram 5.783.109 candidatos. Foram 2.754.140 presentes e 3.024.590 ausentes no primeiro dia. Assim como observado na (FIG 4) e (FIG 5), percebe-se que mais de 50% dos alunos se ausentaram no ano de 2020, sendo o maior número de abstenção da história do Enem.

Figura 4 e 5: Porcentagem de alunos presentes no Enem de 2019 e 2020



Fonte: INEP

Por conseguinte, foi analisada a média geral dos alunos, sem especificidades. Isto é, foram considerados apenas os participantes que realizaram a prova no primeiro dia. Para

³² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - ENEM. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

garantir a integridade dos resultados, foram excluídas as entradas no conjunto de dados que continham valores nulos. Além disso, a análise foi restrita às notas maiores que zero, visando enfatizar os resultados nos candidatos que realizaram as provas de maneira regular. O resultado dessa análise é apresentado na (FIG 6) e (FIG 7).

Figura 6: Média geral do ENEM em 2019

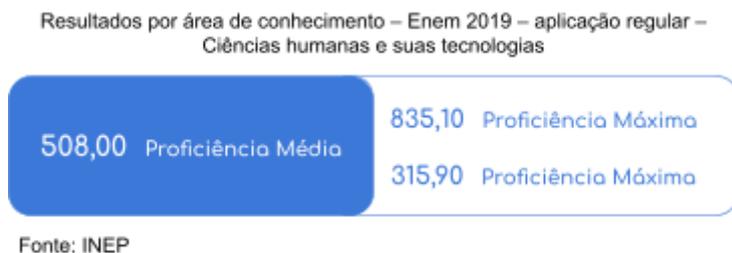
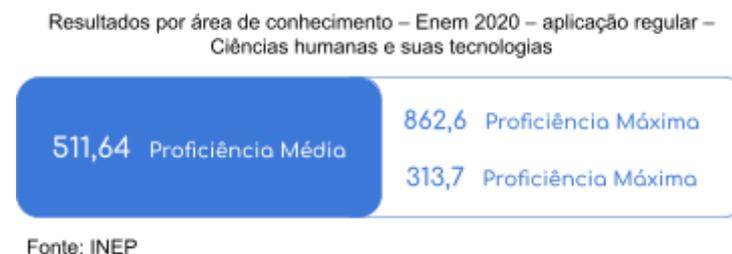


Figura 7: Média geral do ENEM em 2020



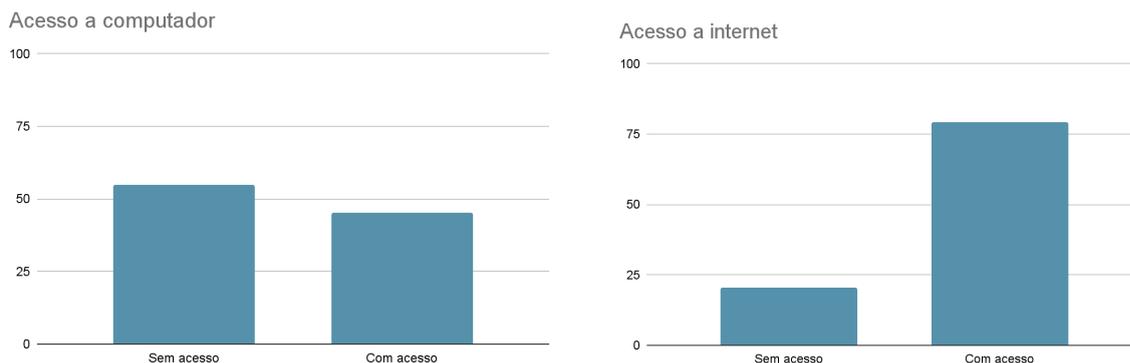
Observa-se que houve um pequeno aumento do ano de 2020 na média de Ciências Humanas e Sociais. É importante destacar que essas mudanças na média e nas medianas não necessariamente significam um maior desempenho dos alunos. Haja vista que, no ano de 2020 houve menos inscritos, sendo esses inscritos, em sua maioria, favorecidos socialmente. Assim, em relação à pandemia, deve ser considerado como uma possível causa para o aumento da média em 2020. Além desse fator, há a influência da teoria de resposta ao item (TRI), que é o método do enem que atribui pontos diferentes para as questões em base das suas dificuldades.³³

Considerando a fundamentação apresentada no Capítulo 2, optou-se por incorporar uma análise específica sobre a ausência de candidatos nas provas, levando em conta a disponibilidade ou indisponibilidade de acesso a celulares, computadores ou tablets.

³³ PIRES, C. *Análise do impacto da pandemia de COVID-19 no desempenho dos candidatos do Enem de 2020 em comparação ao Enem de 2019 utilizando técnicas de mineração de dados*. Tese (Ciências da computação) -

Destaca-se que 54,85% dos candidatos ausentes no primeiro dia não possuíam computadores, enquanto 20,58% não tinham acesso à internet.

Figura 8: Distribuição percentual de indivíduos ausentes nas duas provas do ENEM por acesso a computador e internet em 2020.

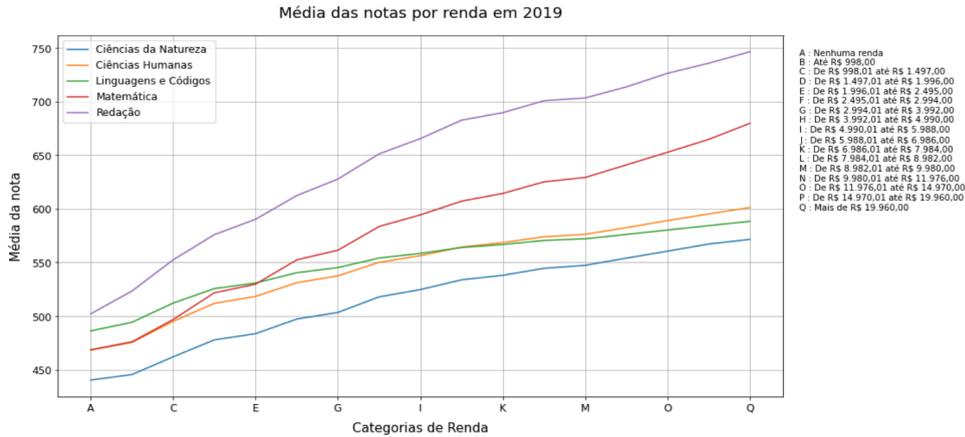


Fonte: INEP

5.2 Análise de resultados com fatores socioeconômicos

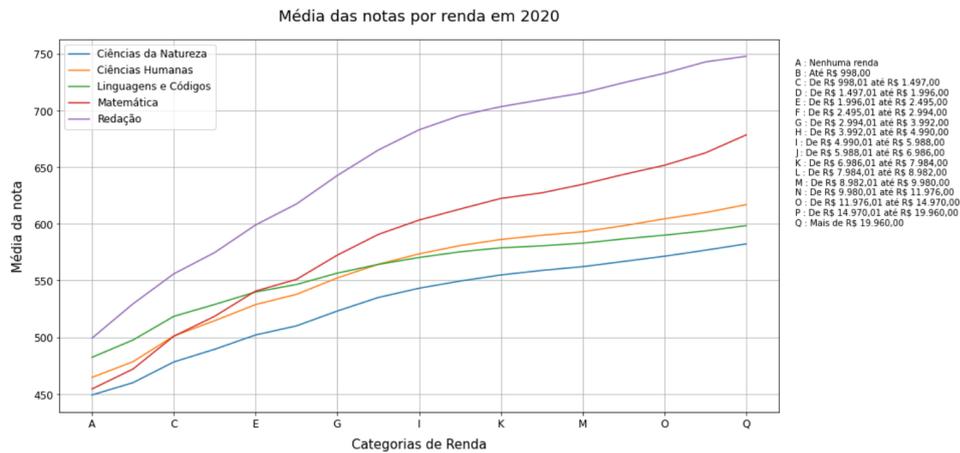
Como já identificado, a renda é a principal influência nas médias do ENEM e no diferenciamento entre o ano de 2019 e 2020. É possível observar que as médias tendem a aumentar de acordo com a renda familiar. Nota-se que este aumento não é linear e sim totalmente um reflexo dos fatores socioeconômicos (FIG 9) (FIG 10).

Figura 9: Média das notas por renda no ano de 2019



34

Figura 10: Média das notas por renda em 2020

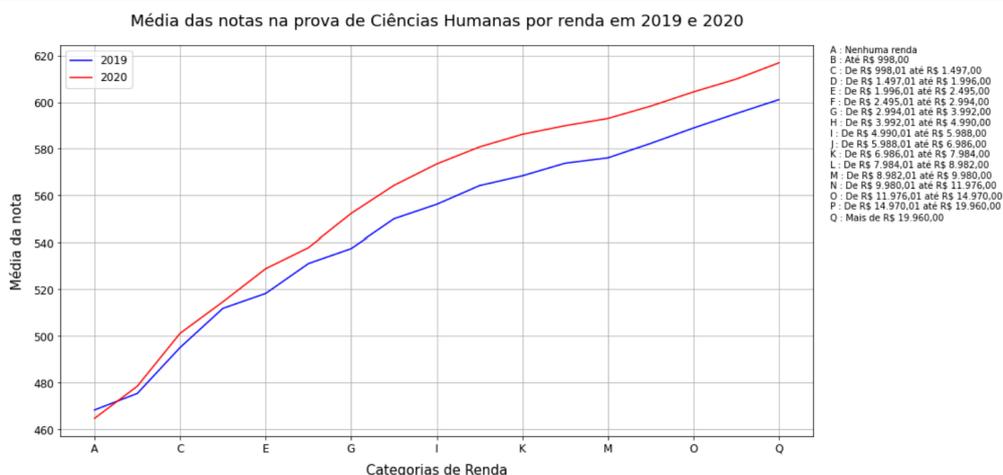


35

Observa-se a média da prova de ciências humanas em ambos os anos (2019-2020) (FIG 11)

³⁴ PIRES, C. **Análise do impacto da pandemia de COVID-19 no desempenho dos candidatos do Enem de 2020 em comparação ao Enem de 2019 utilizando técnicas de mineração de dados.** Tese (Ciências da computação) - Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciências da computação, Universidade de Brasília. Brasília. P. 65. 2023.

³⁵ PIRES, C. **Análise do impacto da pandemia de COVID-19 no desempenho dos candidatos do Enem de 2020 em comparação ao Enem de 2019 utilizando técnicas de mineração de dados.** Tese (Ciências da computação) - Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciências da computação, Universidade de Brasília. Brasília. P. 65. 2023.

Figura 11: Média das notas de ciências humanas por renda em 2019 e 2020

36

É possível observar a diferença nas notas em relação à renda individual dos participantes de 2019 e 2020 (FIG 9) (FIG 10), tanto nas provas gerais quanto, especificamente, na prova de Ciências Humanas. As linhas indicativas de A a G representam, respectivamente, os estudantes menos favorecidos economicamente até os mais beneficiados. Nesse contexto, conclui-se que os alunos cuja condição financeira varia de nenhuma renda até 2.994 reais são aqueles que não conseguiram obter notas relevantes no ENEM, principalmente após a pandemia.

Com base nestes fatores, procederemos à análise dos dados do ENEM referentes às instituições de ensino público e privado, investigando de que maneira a pandemia impactou os resultados dos participantes no exame. Utilizando informações obtidas no INEP, observamos que, em 2019, a média do desempenho no ENEM para estudantes de escolas particulares foi de 580,5, enquanto em 2020 esse valor registrou uma leve redução, alcançando 577,8. No caso dos alunos provenientes de escolas públicas, verificamos que, em 2019, a média foi de 490,5, aumentando para 495,2 em 2020.

Neste contexto, evidencia-se a diminuição da diferença na média de desempenho dos estudantes de escolas públicas em relação aos seus colegas de instituições privadas, embora ainda persista favorável, com os estudantes das escolas públicas mantendo a menor média. Diante do cenário pandêmico, esse resultado parece paradoxal, considerando que os

³⁶ PIRES, C. **Análise do impacto da pandemia de COVID-19 no desempenho dos candidatos do Enem de 2020 em comparação ao Enem de 2019 utilizando técnicas de mineração de dados.** Tese (Ciências da computação) - Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciências da computação, Universidade de Brasília. Brasília. P. 66. 2023.

estudantes de escolas públicas foram os mais prejudicados, tanto por fatores socioeconômicos quanto educacionais. Contudo, isso pode ser justificado através do fato de que alunos de menor renda apresentaram maior parte da desistência.

6. DADOS LATENTES

Cumprido destacar a distinção entre inscrição e participação no Enem, onde a primeira refere-se ao ato de inscrever-se, independentemente da realização das provas, enquanto a participação implica em realizar as provas e obter notas válidas em todas as áreas. Vai ser usada para análise de dados a taxa de inscrição (TI) que é apresentada como um indicador que expressa a proporção de estudantes concluintes do ensino médio que se inscreveram no Enem. Logo, a taxa de participação (TP) é a análise equivalente à proporção dos estudantes inscritos aptos a utilizar suas notas no processo seletivo para o ensino superior.

No presente capítulo analisaremos separadamente as redes públicas estaduais e privadas, para a identificação da desigualdade no sistema educacional brasileiro. Dado ao fato que o Enem é o principal meio de acesso ao ensino superior, as taxas de inscrição e participação serão importantes para os gestores do exame desenvolverem programas que incentivam a participação de jovens de escolas públicas, estimulando a continuidade de suas trajetórias educacionais no ensino superior.³⁷

O total de alunos participantes do Enem, de 2013 a 2021, para seguir a análise dos resultados obtidos antes e depois da pandemia, pela base da taxa de inscrição e taxa de participação. (TAB 1)

Tabela 1 - Taxas de inscrição e participação do Enem entre 2013 e 2021: Estudantes concluintes do Ensino Médio

Edição do Enem	Matrícula de estudantes concluintes do Ensino Médio	Concluintes inscritos no Enem	Concluintes inscritos e participantes do Enem	Taxa de inscrição (TI)	Taxa de participação (TP)
----------------	---	-------------------------------	---	------------------------	---------------------------

³⁷INSTITUTO UNIBANCO. Oportunidades educacionais de estudantes concluintes do Ensino Médio: Inscrição e participação no ENEM entre 2013 e 2021. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/oportunidades-educacionais-de-estudantes-concluintes-do-ensino-medio-inscricao-e-participacao-no-enem-entre-2013-e-2021,3eabd55c-244d-404a-b2e3-1067c61e8dfa>.

2013	2.224.971	1.460.292	1.252.201	65,6%	56,3%
2014	2.237.113	1.514.090	1.298.429	67,7%	58%
2015	2.185.226	1.479.726	1.309.751	67,7%	59,9%
2016	2.297.592	1.662.780	1.395.416	72,4%	60,7%
2017	2.232.416	1.592.809	1.289.955	71,3%	57,8%
2018	2.192.029	1.472.887	1.185.659	67,2%	54,1%
2019	2.118.842	1.354.402	1.151.697	63,9%	54,4%
2020	2.059.248	1.303.446	790.108	63,3%	38,4%
2021	2.368.470	981.318	764.458	41,4%	32,3%

Fonte: Elaboração autoral com base em dados fornecidos pelo INEP³⁸

A tabela 1 apresenta dados sobre os inscritos no Enem desde 2013, analisando as taxas de inscrição e participação. Em 2013, 65,6% dos estudantes se inscreveram, com 56,3% efetivamente participando do exame. Entre 2013 e 2016, observou-se um aumento progressivo nas taxas de inscrição (TI) e de participação (TP). Entretanto, em 2017, essa tendência foi interrompida, resultando em uma queda nas taxas até 2019.

A partir de 2020, a taxa de inscrição não diminuiu significativamente em comparação com 2019. No entanto, a taxa de participação diminuiu drasticamente, caindo de 54,4% para 38,4%. Isso sugere que, devido à chegada da pandemia e à falta de recursos tecnológicos para o ensino a distância (EAD), muitos alunos decidiram desistir de realizar a prova e, conseqüentemente, de prosseguir para o ensino superior.

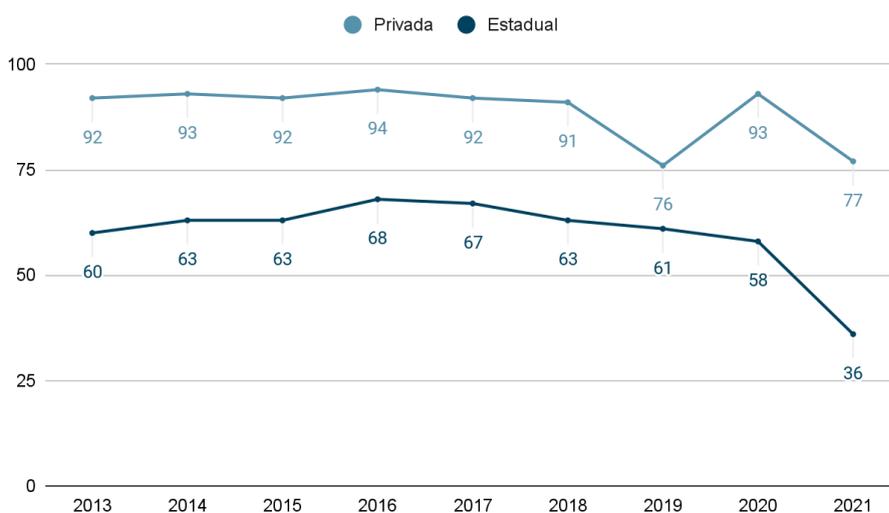
É interessante observar que, em 2021, a taxa de participação permanece consideravelmente mais baixa do que nos anos anteriores a 2019, atingindo 32,3%. Em relação à taxa de inscrição de 2020, a queda é ainda mais acentuada, passando de 63,3% para 41,4%. Isso indica que os alunos não apenas desistiram de participar da prova, mas também optaram por não se inscreverem, possivelmente influenciados por diversos fatores, incluindo os desafios impostos pela pandemia.

A TI das redes públicas estaduais e das redes privadas do Brasil, evidencia a disparidade do resultado do ENEM, pós pandemia (FIG 12). Entre 2013 e 2018, os estudantes

³⁸INSTITUTO UNIBANCO. Oportunidades educacionais de estudantes concluintes do Ensino Médio: Inscrição e participação no ENEM entre 2013 e 2021. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/oportunidades-educacionais-de-estudantes-concluintes-do-ensino-medio-inscricao-e-participacao-no-enem-entre-2013-e-2021,3eabd55c-244d-404a-b2e3-1067c61e8dfa>.

do ensino privado inscritos são de em média 90%, enquanto dos estudantes do ensino público se mantém também em média 60%. Em 2019 houve uma queda de 91% para 76% dos estudantes do ensino privado, porém foi causada por um ruído de dados, não por um declínio real.

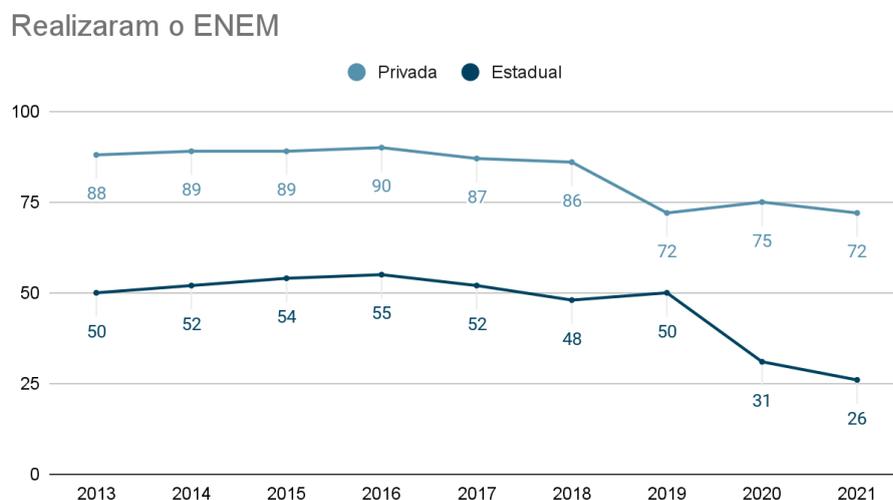
Figura 12 - Taxa de inscrição de estudantes concluintes do ensino médio, por rede pública estadual e particular (%)



Fonte: Elaboração autoral baseado nos microdados do Enem

Verifica-se uma queda mais significativa na Taxa de Inscrição (TI) de 2019 para 2021, especialmente entre os estudantes de escolas públicas, destacando-se uma diminuição acentuada no ano de 2021. A disparidade entre a TI dos estudantes das escolas privadas e dos estudantes das escolas públicas é notável: em 2020, a taxa foi de 93% para 58%, enquanto em 2021, essa diferença reduziu-se para 77% e 36%, respectivamente. Estes dados ressaltam uma tendência de impacto mais expressivo nas inscrições dos estudantes de escolas públicas, sugerindo possíveis desafios específicos enfrentados por esse grupo, especialmente no contexto do ano de 2021.

Figura 13 - Gráfico de participação dos estudantes concluintes do Ensino Médio, por rede pública estadual e privada (%)



Fonte: Elaboração autoral baseado nos microdados do Enem

Observa-se, de maneira geral, que os estudantes das redes públicas são os que menos participam do Enem. Com a chegada da pandemia, essa tendência foi ainda mais acentuada, resultando em uma significativa redução tanto na Taxa de Inscrição (TI) quanto na Taxa de Participação (TP). A discrepância nas porcentagens de participação entre a rede privada e a pública torna-se mais evidente nesse cenário, destacando a desigualdade no acesso e engajamento dos estudantes de diferentes contextos educacionais durante esse período desafiador.

É relevante destacar que a discrepância significativa entre os participantes das redes privada e pública se deve a diversos fatores de desigualdade social presentes, que impedem muitos estudantes de participarem do Enem. Essa disparidade é influenciada por questões como a evasão escolar no ensino médio, bem como pela falta de confiança por parte dos estudantes, que muitas vezes não acreditam em sua capacidade de realizar a prova. Essa falta de confiança é agravada pela defasagem no ensino público, evidenciando os desafios enfrentados pelos alunos que frequentam escolas públicas, o que pode impactar negativamente sua participação no exame.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo permitiu uma análise da persistente desigualdade educacional no Brasil e como a pandemia do COVID-19 intensificou essa disparidade. Essa avaliação baseou-se na análise de dados compilados que apresentam as diferenças entre alunos de escolas públicas e privadas, observando também especificidades raciais, econômicas, geográficas e de saúde mental.

Ao examinar os dados, constatou-se que as complicações mais significativas no agravamento da desigualdade estavam relacionadas à esfera econômica, como a falta de acesso a computadores, internet e celulares para os estudantes no formato de ensino à distância utilizado em 2020 e 2021. Posteriormente, esses dados influenciaram a realização do Enem, evidenciando como a escassez de recursos levou à desistência de mais da metade dos participantes da prova. Dentre os participantes que optaram por desistir da prova, ficou claro que há uma discrepância significativa entre os alunos de escolas públicas em comparação com os alunos de instituições particulares, tanto em termos de renda quanto no aspecto sociocultural. É inegável que essa disparidade sempre esteve presente, no entanto, este estudo evidencia o quanto a pandemia e a ausência de uma estrutura governamental adequada intensificaram uma desigualdade já existente.

Diante da relevância do tema, torna-se imperativo explorar estratégias aprimoradas para aprimorar as políticas de cotas para acesso à universidade, juntamente com a melhoria das assistências disponíveis nas escolas públicas. O estímulo dentro das instituições educacionais emerge como uma necessidade crucial, porém, nada pode ser efetivado sem a implementação de políticas de apoio eficazes provenientes do Estado. Além disso, faz-se necessário o investimento em meios tecnológicos para os alunos, uma demanda que se tornou ainda mais evidente após a pandemia.